

## CARGO 1: AGENTE DE POLÍCIA

### CONCURSO PÚBLICO

EDITAL: 2021



TURNO: TARDE

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- CONHECIMENTOS GERAIS --

O século XIX constituiu-se em marco fundamental para o desenvolvimento das instituições de segurança pública, com as polícias buscando maior legitimidade e profissionalização. Como referência ocidental, a Polícia Metropolitana da Inglaterra, fundada em 1829, mudou paradigmas, dando preponderância ao papel preventivo de suas ações e foco à proteção da comunidade.

O consenso, em detrimento do poder de coerção, e a prevenção, em detrimento da repressão, reforçaram a proximidade da polícia com a sociedade, com atenção integral ao cidadão. O modelo inglês retirou as polícias do isolamento, apresentando-as à comunidade como importante parceira da segurança pública e elemento fundamental para a redução da violência. Com isso, surgiu o conceito de uma organização policial moderna, estatal e pública, em oposição ao controle e à subordinação política da polícia.

No Brasil, as primeiras iniciativas de implantação da polícia comunitária ocorreram com a Constituição Federal de 1988 e a necessidade de uma nova concepção para as atividades policiais. Foram adotadas estratégias de fortalecimento das relações das forças policiais com a comunidade, com destaque para a conscientização sobre a importância do trabalho policial e sobre o valor da participação do cidadão para a construção de um sistema que busca a melhoria da qualidade de vida de todos.

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Diretriz Nacional de Polícia Comunitária**. Brasília – DF, 2019. p. 11-12 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens que se seguem.

- 1 Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do primeiro período do primeiro parágrafo, poderia ser inserida uma vírgula logo após o trecho “O século XIX”, por tratar-se de termo de natureza adverbial que delimita o recorte temporal dos eventos narrados no parágrafo.
- 2 O texto, que se classifica como dissertativo-expositivo quanto à tipologia, informa o leitor acerca de aspectos históricos ligados ao surgimento da polícia comunitária.
- 3 Embora o primeiro período do segundo parágrafo se refira especificamente ao que ocorreu na Inglaterra, é possível inferir-se do texto que o consenso e a prevenção caracterizam a atuação da polícia comunitária em geral.
- 4 Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: No Brasil, as primeiras iniciativas de implantação da polícia comunitária ocorreu com a Constituição Federal de 1988, em que se enxergou a necessidade de uma nova concepção para as atividades policiais.
- 5 Sem prejuízo da correção gramatical do texto e das informações nele veiculadas, o trecho “relações das forças policiais com a comunidade” (terceiro parágrafo) poderia ser substituído por **relações entre as forças policiais e a comunidade**.
- 6 A substituição da forma verbal “busca” (último período do texto) por **busque** alteraria o sentido original do texto, mas não prejudicaria sua correção gramatical.

A manhã desta segunda-feira foi diferente para boa parte dos moradores do Jacintinho, um dos bairros mais populosos de Maceió. O Ronda no Bairro, programa do Governo de Alagoas que combina policiamento de proximidade com ações sociais, promoveu uma série de ações culturais e de cidadania no bairro.

Há pouco mais de um ano atuando no Jacintinho, o Ronda no Bairro já contribui efetivamente para a redução dos índices de violência na região, sempre aliando as ações sociais — como aulas de judô, *tae kwon do*, assistência escolar, música, pintura e desenho — com o policiamento de proximidade, feito por quase cinquenta agentes todos os dias.

“O programa teve início aqui no Jacintinho, sempre conciliando o operacional com o social. Felizmente, com isso, conseguimos contribuir ativamente com a redução dos índices de criminalidade como, por exemplo, no que se refere aos assaltos a coletivos. Em novembro de 2018, chegamos a zerar as ocorrências desse tipo no Jacintinho e isso já é uma grande vitória. O policiamento de proximidade tem feito a diferença na vida das pessoas”, conta o capitão subcomandante do Ronda no Bairro.

Internet: <agenciaalagoas.al.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, acerca das ideias e dos aspectos linguísticos do texto precedente.

- 7 Depreende-se do texto que a prefeitura de Maceió direcionou no mínimo cinquenta policiais para trabalhar diariamente no programa Ronda no Bairro.
- 8 De acordo com a fala do capitão subcomandante apresentada no terceiro parágrafo do texto, os resultados do programa Ronda no Bairro estão limitados à diminuição de ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo, como os assaltos a ônibus.
- 9 O emprego dos termos “combina”, “aliando” e ‘conciliando’ no texto contribui para realçar uma característica essencial do programa Ronda no Bairro: o fato de o programa conjugar policiamento de proximidade com ações sociais.
- 10 No primeiro parágrafo do texto, tanto o trecho “um dos bairros mais populosos de Maceió” quanto o trecho “programa do Governo de Alagoas que combina policiamento de proximidade com ações sociais” fornecem uma explicação a respeito do termo que os antecede.
- 11 Sem prejuízo da coerência do texto, no trecho ‘conciliando o operacional com o social’ (terceiro parágrafo), poderia ser inserido o vocábulo **aspecto** antes do termo ‘operacional’ e antes do termo ‘social’, escrevendo-se **conciliando o aspecto operacional com o aspecto social**.
- 12 O sentido do segundo parágrafo do texto seria alterado caso a vírgula empregada imediatamente após “proximidade”, em “com o policiamento de proximidade, feito por quase cinquenta agentes todos os dias”, embora sua coerência e sua correção fossem mantidas.
- 13 A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o “para a redução dos índices de violência na região” (segundo parágrafo) fosse substituído por **para que se reduzisse os índices de violência na região**.

Tudo o que vem do povo tem uma lógica, uma razão, uma função. Ele nada faz sem motivo, e o que produz está geralmente ligado ao comportamento do grupo ou a uma norma social ou de cunho psíquico e religioso, um traço que vem de tempos longínquos, lá do fundo de nossas raízes, perdidas na noite dos tempos, quando estávamos em formação. Pastoril, Quilombo, Reisado, Coco-de-Roda, literatura de cordel, festas, tradições, superstições, contos, mitos, lendas não aparecem por acaso. São elementos da memória popular, que engloba sentimentos e reações diante da história e das transformações.

Quais as origens do folclore alagoano, quais os componentes culturais que o forjaram? Théó Brandão, com a autoridade de quem estudou a vida inteira e deixou uma obra irrepreensível sobre o assunto, diz que são muitas as contribuições na formatação do nosso folclore. E que não é fácil nem simples demarcar a que grupo pertence uma de suas variantes ou estabelecer com precisão a fronteira de determinada manifestação folclórica. Afirmar que há dúvidas em alguns casos e em outros é inteiramente impossível chegar a uma conclusão única e definitiva. Cita como exemplo concreto dessas incertezas o caso da dança existente em várias unidades nordestinas, que aparece ora como Coco, ora como Pagode, ora como Samba.

Instituto Arnon de Mello. **Alagoas popular**: folguedos e danças de nossa gente. Maceió: IAM, 2013, p. 24 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, referentes às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto apresentado.

- 14 Conclui-se do texto o folclore é uma manifestação marcadamente histórica e contextualizada.
- 15 A menção feita a Théó Brandão e a qualificação de sua obra são recursos utilizados para reforçar os argumentos apresentados pelo autor do texto.
- 16 Em “Ele nada faz sem motivo”, o termo “sem motivo” exerce a função de complemento da forma verbal “faz”.
- 17 Estaria gramaticalmente correta a substituição de “há” por **existe** em “Afirmar que há dúvidas em alguns casos”.
- 18 A supressão da vírgula empregada logo após “motivo”, no segundo período do primeiro parágrafo, preservaria a correção gramatical e os sentidos originais do texto.
- 19 No primeiro período do segundo parágrafo, a forma pronominal “o” retoma o **folclore alagoano**.
- 20 A oração iniciada pelo verbo “chegar” exerce, no quarto período do último parágrafo, a função de sujeito.

A respeito da ética, julgue os itens a seguir.

- 21 O objeto de estudo da ética é o comportamento moral dos homens em sociedade.
- 22 A ética pode alterar as regras morais enraizadas na sociedade ao discutir princípios e valores morais até então estabelecidos.
- 23 No serviço público a ética é mitigada, já que o servidor deve cumprimento à lei, a qual contempla explicitamente os valores éticos relativos ao assunto de que trata.
- 24 O exercício da cidadania por meio da eleição de representantes pelo voto é um direito, mas não um dever, do cidadão.
- 25 A ética pode ser entendida como uma escolha embasada em um conjunto de valores pessoais.

A respeito do disposto no Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Alagoas, julgue os itens seguintes.

- 26 O decoro e a consciência dos princípios morais devem nortear o servidor público tanto no exercício de cargo quanto fora dele.
- 27 É vedado ao servidor ligar o seu nome a empreendimento de cunho duvidoso.
- 28 A prestação de serviço de natureza excepcional, sem remuneração, a um órgão do Estado afasta a apuração de comprometimento ético.
- 29 Nas decisões tomadas pela Comissão de Ética em análise de ato por ela levantado serão omitidos os nomes dos interessados.
- 30 O servidor público, quando estiver diante de duas opções legais, deverá escolher a mais condizente com o bom senso.

À luz da Convenção Americana dos Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

- 31 A pena de reclusão tem por principal finalidade a proteção da sociedade.
- 32 O Estado que abolir a pena de morte não poderá restabelecê-la.
- 33 Todos os cidadãos devem possuir o direito de participar da direção dos assuntos públicos.
- 34 A sujeição do réu à medida restritiva representa exceção à proibição da limitação de sua liberdade de conservar sua religião.
- 35 A apologia ao ódio religioso que constitua incitação à hostilidade deve ser vedada por lei.

A respeito dos direitos humanos, julgue os itens subsequentes.

- 36 A fim de garantir a proteção dos direitos humanos, a Constituição Federal de 1988 proíbe o trabalho noturno aos menores de dezoito anos de idade.
- 37 Os direitos humanos são classificados como universais porque mudam ao longo do tempo em diferentes países.
- 38 A Declaração Universal dos Direitos Humanos não cria os direitos humanos, apenas os proclama.
- 39 Embora os Estados devam desenvolver mecanismos para garantir que os direitos humanos esses direitos não sejam prejudicados, eles não podem ser responsabilizados por eventual violação desses direitos.
- 40 Os direitos humanos são os direitos básicos essenciais à vida.
- 41 O Brasil ainda não possui um programa nacional de direitos humanos, com regras estabelecidas, de modo que está obrigado a garantir apenas os direitos expressos na Constituição Federal de 1988.
- 42 A inserção de regras sobre os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 alinhou o Brasil com a comunidade internacional no que se refere ao tratamento desse assunto.

Julgue os itens a seguir, que tratam de redes de computadores, suas ferramentas e procedimentos.

- 43 Rede metropolitana (MAN) é aquela que abrange uma grande área geográfica — com frequência um país ou continente — e contém um conjunto de máquinas cuja finalidade é executar os programas (ou seja, as aplicações) do usuário.
- 44 Denomina-se cabo coaxial, em uma rede de comunicação, o tipo de mídia de comunicação que realiza a conexão entre pontos, é imune a ruídos elétricos e é responsável pela transmissão de dados com capacidade de largura de banda muito maior do que os pares trançados.
- 45 No sítio de buscas do Google, uma pesquisa pela expressão “CIDADE DE MACEIÓ”, em letras maiúsculas, ou pela expressão “Cidade de Maceió”, em letras minúsculas, retornará ao usuário resultados idênticos.
- 46 A computação na nuvem (*cloud computing*) possibilita que aplicações executadas em servidores isolados sejam também executadas na nuvem (Internet) em um ambiente de larga escala e com o uso “elástico” de recursos.

---

Julgue os itens seguintes, relativos a organização de arquivos e suas premissas de segurança.

- 47 Em se tratando do sistema operacional Windows 10, os nomes de arquivos podem ter até 256 caracteres, desde que não incluam símbolos como os seguintes: ? " / \ < > \* | : “.
- 48 No Sistema Operacional Windows 10, o nome de um arquivo é criptografado é apresentado no explorador de arquivos na cor verde.
- 49 A grande diferença entre vírus e *worms* está na forma como eles se propagam: o vírus, ao contrário do *worm*, não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas, mas pela execução direta de uma de suas cópias.
- 50 A heurística é um dos métodos de detecção das ferramentas *antimalware* — como antivírus, *antirookit* e *antispyware* — que se baseiam nas estruturas, instruções e características que o código malicioso possui para identificá-lo.

---

**Espaço livre**

---

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

No que se refere a agentes públicos, julgue os itens a seguir.

- 51 Às polícias civis incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, administrativas e, eventualmente, militares.
- 52 As funções públicas podem ser exercidas apenas por agentes públicos aprovados em concurso público.

Os agentes de polícia do estado de Alagoas, no exercício de sua função, devem comeder a aplicação do uso de força em suas abordagens e ações, buscando agir de maneira adequada, sem extrapolar os limites legais impostos ao exercício do poder que lhes é conferido. Acerca do uso e do abuso de poder, julgue os itens que se seguem.

- 53 Ato praticado com abuso de poder somente pode ser invalidado mediante revisão judicial.
- 54 Ato praticado de forma abusiva e com finalidade diversa daquela atribuída pela lei é configurado como excesso de poder.
- 55 Quando há convalidação da conduta abusiva na esfera administrativa, é exercido o poder de autotutela, em que a própria administração pode reavaliar o mérito do ato administrativo.
- 56 A discricionariedade é um dos atributos do poder de polícia, mas não se faz presente, por exemplo, na concessão de alvarás de construção e de licenças para dirigir veículos.
- 57 O poder disciplinar não abrange as sanções impostas a particulares que não estejam sujeitos à disciplina interna da administração; nesse caso, as medidas punitivas encontram fundamento no poder de polícia.

A Polícia Civil do Estado de Alagoas verificou a necessidade de realizar licitação para a execução de obras de renovação em seu edifício sede. Nesse caso, o órgão pretende gastar necessariamente cem mil reais.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 58 Nessa situação, a licitação poderá ser dispensada, conforme a lei.
- 59 A contratação pretendida deverá ser precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da administração em obter possíveis propostas adicionais de eventuais interessados.
- 60 A licitação não poderá sigilosa, sendo públicos e acessíveis todos os atos de seu procedimento desde o início, inclusive o conteúdo das propostas das empresas licitantes, em respeito ao princípio da publicidade.
- 61 A fiscalização ou supervisão dessa obra poderá ser contratada através de empresa com notória especialização na área, mediante processo administrativo por inexigibilidade de licitação.

A respeito da administração pública direta e indireta e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

- 62 A desconcentração administrativa caracteriza-se pela divisão de competências entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica de direito público.
- 63 A vedação de constituição de empresa pública com finalidade genérica está em consonância com o princípio da especialidade.
- 64 Caso a vítima tenha, de alguma forma, concorrido para a ocorrência do evento danoso, a responsabilidade civil do Estado será afastada.

Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue os itens subsequentes.

- 65 Sob pena de configurar ofensa à liberdade, o exercício da manifestação do pensamento fica afastado de apreciação judicial.
- 66 A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando, por fundadas razões, justificadas posteriormente, houver indicação de que dentro da residência ocorre situação de flagrante delito.
- 67 Dado que a autoridade policial tem a obrigação de colher todas as provas que possam influenciar na apuração do fato tido como criminoso, em se tratando de dados armazenados em celular, a sua apreensão prescinde de autorização.
- 68 Ao agente que tiver praticado fato criminoso será garantido o privilégio contra a autoincriminação, isto é, o direito de manter-se em silêncio.
- 69 É vedada a utilização, como prova de crime, de arma de fogo com numeração raspada apreendida durante invasão desautorizada à residência do investigado.
- 70 Apenas após processo judicial no qual seja homologada a opção, será considerada brasileira nata a pessoa que, nascida no estrangeiro, seja filha de pai brasileiro ou mãe brasileira que esteja a serviço do Brasil.
- 71 Se a autoridade policial deixar de informar à pessoa indicada pelo preso a prisão e o local onde ele se encontra, mas comunicá-los ao juiz competente, estará assegurado o cumprimento da CF.
- 72 O exercício do direito de greve por policiais civis somente é aceito pela CF quando comprovadamente não houver prejuízo para a segurança pública.
- 73 A segurança pública tem como finalidades precípua preservar a ordem pública e garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- 74 A repressão do crime de tráfico de entorpecentes que não tenha repercussão internacional é atribuição das polícias estaduais.
- 75 Considere que um sargento militar, de posse de cartão bancário furtado de um colega, também militar, tenha sacado quantia da conta-corrente deste. Nesse caso, a apuração da conduta do sargento militar será atribuição da polícia civil.
- 76 A execução das atividades inerentes à defesa civil, assim como das de preservação da ordem pública, cabe, precipuamente, às polícias militares.

Em janeiro de 2021, Lucas, com 20 anos de idade e nítida vontade de matar Rafael, adquiriu uma arma de fogo e começou a procurá-lo pela cidade. Na semana anterior ao aniversário de 14 anos de Rafael, Lucas encontrou Rafael enquanto este conversava com uma pessoa e, então, disparou cinco tiros contra a vítima, que veio a óbito trinta dias depois. Posteriormente, em seu interrogatório, Lucas afirmou que havia matado Rafael por este ser enteado de um policial civil que o investigava por outros crimes.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 77 Lucas cometeu crime de homicídio doloso qualificado pela impossibilidade de defesa da vítima e pela relação de parentesco dela com o policial civil que investigava Lucas.
- 78 Ainda que Lucas soubesse a idade de Rafael quando do cometimento do crime, não haverá a incidência da previsão de aumento de pena baseada na idade da vítima, pois, no momento de sua morte, Rafael tinha mais de quatorze anos.

Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue os itens que se seguem.

- 79 O delito de infanticídio, por ser crime próprio, não admite coautoria e participação, de modo que condições e circunstâncias de caráter pessoal não serão comunicadas aos demais concorrentes.
- 80 Não há crime de ameaça quando o agente promete um mal injusto e grave contra pessoas absolutamente indeterminadas.
- 81 O crime de ameaça praticado por marido contra a sua esposa é processado por ação penal pública incondicionada, dispensando-se a representação da vítima.
- 82 Incorrerá em crime de induzimento ao suicídio majorado o agente que induzir uma pessoa de doze anos de idade a pular de prédio para que ela alcance sua própria morte, ainda que tenha como resultado apenas uma lesão grave.
- 83 O agente que jogar óleo quente na vítima, com *animus laedendi*, causando, assim, deformidade permanente nela, segundo laudo médico, cometerá crime de lesão corporal gravíssima.

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 84 Para a consumação do crime de peculato-desvio, por ser crime formal, não se exige que o funcionário público ou o terceiro obtenha os recursos desviados, bastando que desvie o bem em proveito próprio ou alheio.
- 85 O crime de facilitação de descaminho é um crime acessório, exigindo-se, para a sua consumação, a completude do descaminho.
- 86 Os advogados dativos, nomeados por juízes para exercerem a defesa técnica em local onde não há Defensoria Pública, podem ser autores de corrupção passiva se solicitarem vantagem indevida para o exercício dessa função.
- 87 O fato de o agente ser funcionário público ocupante de cargo público de alto escalão não justifica uma maior reprimenda penal pela prática de crime contra a administração pública.

Acerca dos crimes patrimoniais, julgue os itens seguintes.

- 88 Comete crime de furto mediante fraude o agente que utiliza de um artifício ou artil para retirar a vigilância da vítima e conseguir pegar a *res furtiva*.
- 89 O agente que, durante uma perseguição policial, tenha subtraído um veículo, sem emprego de ameaça e violência, e, após quatro horas, tenha abandonado o veículo em local diferente de onde foi feita a subtração não terá cometido crime, em razão da atipicidade do furto de uso.
- 90 Configura-se o crime permanente de furto de energia elétrica quando o agente instala, no interior da residência, dispositivo para alteração do medidor de energia localizado na parte externa do muro da casa.
- 91 Não há crime de latrocínio quando a vítima reage ao roubo e mata um dos comparsas do crime.

A autoridade policial instaurou inquérito policial em virtude de crime de lesões corporais leves cometidos contra mulher no âmbito familiar. O inquérito foi relatado e enviado ao Poder Judiciário.

Considerando essa situação hipotética julgue os itens seguintes.

- 92 Por se tratar de ação pública incondicionada, é correto afirmar que a instauração do inquérito policial se deu independentemente de representação da vítima.
- 93 Como se trata de crime de menor potencial ofensivo, o delegado de polícia deveria ter lavrado termo circunstanciado.
- 94 Ausente a materialidade das lesões e tendo sido concluído pela existência da contravenção de vias de fato, poderia ser aplicada a transação penal nessa situação.
- 95 Caso o inquérito policial tenha sido instaurado por auto de prisão em flagrante, é incabível a concessão de fiança.
- 96 Se o município onde se deu a instauração do inquérito não for sede de comarca, o delegado poderá determinar o afastamento do agressor do lar.

No que se refere aos princípios constitucionais do processo penal, julgue os itens a seguir.

- 97 Fere o princípio constitucional da não culpabilidade a definição de maus antecedentes na aplicação da pena, se feita com base em outros processos criminais em curso.
- 98 O investigado que se atribui falsa identidade perante a autoridade policial age de forma legítima, face ao princípio constitucional da autodefesa.
- 99 Ação penal iniciada por denúncia que não contenha a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, fere o princípio da ampla defesa.
- 100 Se nomeado defensor pelo juiz, a determinação de continuidade do processo de acusado citado por edital não fere o princípio do contraditório.
- 101 Condenação baseada em elementos do inquérito policial complementados por provas produzidas em juízo não fere o princípio do contraditório.

Acerca do inquérito policial, julgue os itens subsequentes.

- 102** Em se tratando de crime de ação privada, o inquérito poderá ser instaurado por requisição do Ministério Público.
- 103** Verificado equívoco na instauração de inquérito para apurar crime de ação privada, deverá o delegado promover seu arquivamento.
- 104** O inquérito policial pode ser dispensado com base em elementos colhidos em inquérito civil instaurado para apurar ilícitos administrativos.
- 105** Pode a autoridade policial deferir ou indeferir pedido de prova feito pelo indiciado ou pelo ofendido no inquérito.
- 106** Tratando-se de crime de lesão corporal leve, o inquérito policial só poderá ser iniciado mediante representação da vítima.

De acordo com o que dispõe a Lei n.º 5.247/1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais), julgue os itens a seguir.

- 107** Em razão da sua natureza restritiva, é taxativo o rol de requisitos para ingresso no serviço público, não se admitindo outros critérios específicos em razão da natureza do cargo.
- 108** O direito aos adicionais de insalubridade ou periculosidade condiciona-se à continuidade das condições ou riscos que deram causa às suas concessões.
- 109** São prerrogativas da administração pública tanto a concessão quanto a interrupção da licença para tratar de interesses particulares.
- 110** Considera-se regularmente investido em cargo público aquele que, mesmo não tendo sido empossado, entre em exercício no prazo legal.
- 111** A remoção de ofício poderá se dar entre órgãos distintos e de poderes diferentes.

Em relação ao disposto na Constituição do Estado de Alagoas, julgue os itens subsequentes.

- 112** É finalidade do estado de Alagoas a promoção das condições necessárias para a fixação do homem no campo.
- 113** Salvo se proposta pelo governador do estado ou pela mesa da assembleia legislativa, o procurador-geral de justiça deverá ser previamente ouvido na ação de inconstitucionalidade.
- 114** A lei é indispensável para a criação de cargos, funções e empregos públicos nas administrações direta, autárquica e fundacional do estado.
- 115** São indelegáveis as atribuições do governador e dos secretários de estado previstas na Constituição Estadual.
- 116** Os municípios do estado de Alagoas subordinam-se administrativa e financeiramente ao estado.

Em relação ao contido na Lei n.º 3.437/1975 (Estatuto da Polícia Civil do Estado de Alagoas), julgue os itens que se seguem.

- 117** É permitido ao membro da polícia judiciária, observados os requisitos legais, o exercício da atividade de magistério.
- 118** Embora a Polícia Civil de Alagoas não possua um caráter militar, a precedência hierárquica é preceito observado na corporação.
- 119** É vedada a concessão de gratificação pela prestação de serviço extraordinário ao funcionário policial.
- 120** O Conselho Superior de Polícia é órgão consultivo e opinativo para assuntos de polícia em geral, não dispondo de poderes normativos.

**Espaço livre**

---

**-- PROVA DISCURSIVA --**

---

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
  - Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
  - Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
  - Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).
- 

A violência doméstica é um fenômeno de extrema gravidade, que impede o pleno desenvolvimento social e coloca em risco mais da metade da população brasileira — as 103,8 milhões de brasileiras contabilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Mapa da Violência 2012: homicídios de mulheres no Brasil (CEBELA/FLACSO, 2012), duas em cada três pessoas atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres; em 51,6% dos atendimentos, foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher. O SUS atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência em 2011 — 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico.

Não à toa, a pesquisa Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013) revelou significativa preocupação com a violência doméstica: para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. Os dados dessa pesquisa revelam, ainda, que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados de ambos os sexos e de todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira.

**Dossiê violência contra as mulheres.** Internet: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br>> (com adaptações).

---

Considerando que o fragmento de texto anterior tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

**A POLÍCIA CIVIL E O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Em seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Conceitue violência doméstica, apresentando exemplos e possíveis causas sociais e(ou) culturais desse tipo de violência. [valor: 8,00 pontos]
  - 2 Relacione a atuação da polícia civil ao enfrentamento desse tipo de violência. [valor: 7,00 pontos]
  - 3 Sugira um exemplo de ação que poderia ser promovida para melhorar a atuação da polícia civil em contexto de violência doméstica. [valor: 4,00 pontos]
-

**RASCUNHO**

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |